

# Déficit das contas públicas triplicou no primeiro trimestre

LUAIKO

BRASÍLIA — Nos três primeiros meses deste ano, o déficit das contas do governo federal triplicou em relação ao mesmo período em 1995. A diferença entre as receitas e as despesas, incluindo os gastos com juros, chegou a R\$ 1,497 bilhão no primeiro trimestre. “As tendências são claramente de melhora nas contas do setor público; e não digo isso porque estou numa posição em que se deve ter otimismo, mas por indicações concretas”, disse ontem o secretário de Políti-

**D**IFERENÇA  
CHEGOU A  
R\$ 1,497 BILHÃO  
NO PERÍODO

ca Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. Ele divulgou, pela primeira vez, dados globais das contas públicas.

Os números mostram que, depois dos juros, que praticamente dobraram do ano passado para cá, o que mais contribuiu para o “rombo” foi o crescimento, de 41,3%, nos gastos com benefícios da Previdência Social, que registrou déficit de R\$ 479 milhões. A conta da Previdência deverá sofrer ainda o impacto do reajuste do salário mínimo e benefícios. Mas o secretário nada quis comen-

tar sobre o impacto do reajuste.

O otimismo de Mendonça de Barros se baseia na queda das taxas de juros. “O pior em termos de juros já passou”, disse. No ano passado, a média real mensal estava em 2,16%, enquanto neste ano as projeções do mercado são de 1,27%. O mercado projeta taxas reais em torno de 1% para abril e uma estabilização em torno de 1,2% até o final do ano.

Além disso, o resultado das contas do governo, excetuados os juros, estão melhores. Pelo critério primário (sem os juros), o governo federal teve um superávit de R\$ 2,101 bilhões no primeiro trimestre deste ano. No ano passado, também houve superávit, porém menor: R\$ 1,387 bilhão.

O governo pretende divulgar mensalmente esse novo conceito das contas públicas. É um resultado mais abrangente do que o divulgado mensalmente pelo Tesouro Nacional, por incluir contas da Previdência Social e do Banco Central. A idéia é divulgar também os resultados dos governos estaduais e municipais, e das estatais.